

Declaração política da plenária sindical e popular do Espaço de Unidade de Ação

Relatório da Plenária Sindical e Popular do Espaço de Unidade de Ação São Paulo – 22 de janeiro de 2016

Assinaram as listas de presença representantes de 78 (setenta e oito) entidades, organizações e movimentos dos estados de SP, RJ, MG, ES, SC, PR, RS, PA, RR, BA, SE, PB, PE, PI, CE, PI, MA e do Distrito Federal.

Admap – Associação Democrática dos Metalúrgicos Aposentados São José dos Campos, Aduneb, Andes-SN, ANEL – Assembleia Nacional de Estudantes Livre, Apruma, APS/PSOL, CEDS – Centro de Estudos e Debates Socialistas, Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Coletivo Construção, Combate Classista e Pela Base, CSP-Conlutas, CST/PSOL, Espaço Socialista/Renovar pela Luta, Fasubra, Federação Nacional dos Gráficos, Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos/MG, Fenajufe, Fenasps, Fentect, FLTI/Comitê por Síria, FNP – Federação Nacional dos Petroleiros, Juventude Vamos à Luta, LBI-QI, Minoria Sinte/SC, MML – Movimento Mulheres em Luta, MNOB – Movimento Nacional de Oposição Bancária, Movimento Luta Popular, Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, Movimento Resistência Popular, Oposição Alternativa Apeoesp, Oposição Bancária/RJ, Oposição Bancária/SP, Oposição de Esquerda/UNE, Oposição Sindical dos Correios/SP, Oposição Sindipetro/SP, Oposição Sintep/PB, Pastoral Operária, PCB, PSTU, Rizoma, SEPE/RJ, Sesduff-RR, Simpa/RS, Simpeem/SP, Simpere/PE, Sinasefe, Sindconir/RJ, Sindicato dos Comerciantes de Nova Iguaçu/RJ, Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora/MG, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Sindicato dos Químicos de Vinhedo/SP, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São José dos Campos/SP, Sindicato Metabase Inconfidentes/MG, Sindifpi, Sindipetro AL/SE, Sindipetro/RJ Sindisprev/RS, Sinditest/PR, Sindppd/RS, Sindprev/ES, Sind-Rede/BH, Sindsalem/MA, Sindsaude/RN, Sindscope/RJ, Sindsef/SP, Sindserm/Teresina, Sinsprev/SP, Sintect/SC, Sintepp/PA, Sintrajud/SP, Sintuff/RJ, Sintuperj, Sintusp, Sitraemg, SOS Empregos Comperj, Unidade Classista e Central Sindical UST – União Sindical dos Trabalhadores.

As perspectivas para o ano de 2016 são de continuidade e aprofundamento das crises econômica e política, e, nessa esteira, do aumento da polarização social que tem marcado a sociedade brasileira e a permanência, na superestrutura política, da polarização entre os dois blocos burgueses, um capitaneado pelo PT e outro pelo PSDB. Esse cenário mantém o nosso desafio de, nas mobilizações da classe, construir uma alternativa dos trabalhadores.

O ministro da Fazenda, assume a pasta no dia 21 de dezembro e, não só mantém o essencial da política econômica que Joaquim Levy vinha implementando, mas anuncia, com as bençãos da presidenta Dilma Rousseff, uma nova reforma da previdência, que elevaria mais uma vez a idade mínima e igualaria a idade de homens e mulheres para se aposentar.

Mas essa é só a ponta da política econômica que permanece e será aprofundada, com mais ajuste fiscal, ampliação da DRU, a proposta de retorno da CPMF, o arrocho nos salários, desemprego, ampliação da terceirização e da desregulamentação dos direitos trabalhistas, carestia, aumento de tarifas, recessão e aprofundamento da política de privatizações e das terceirizações, como está ocorrendo na Petrobras, nos Correios, hospitais universitários, rodovias e aeroportos, e outros.

O PLC 030 (antigo PL 4330 das terceirizações) tramita no Congresso Nacional e, representará, se aprovado, um brutal ataque à classe trabalhadora e um retrocesso sem precedentes. Esse PL tem como objetivo a retirada de direitos e a precarização nos locais de trabalho, a migração de vagas para empresas terceirizadas e sobretudo a garantia dos lucros através da mão de obra barata. Sendo assim, o Espaço Unidade de Ação reafirma sua posição contrária ao PLC 030 e sua disposição de, junto com outras organizações, derrubar esse nefasto projeto.

O veto presidencial à auditoria da dívida, proposta na Lei Orçamentária, é mais uma demonstração da subserviência do governo aos interesses dos banqueiros. A geração de economia para pagamento dos juros da dívida aos banqueiros segue no centro da política econômica, penalizando a maioria da população em detrimento dos ricos e especuladores.

O aprofundamento da crise econômica internacional, em particular com a desaceleração chinesa e seus reflexos nas exportações brasileiras, a queda nos preços do petróleo e das commodities, tende a dar o tom de um ano de muitos ataques aos direitos da classe trabalhadora.

As grandes empresas, que lucraram como nunca no período anterior e, em alguns casos, seguem lucrando bastante, anunciam ou ameaçam com demissões massivas. É o caso da Usiminas, CSN, Namisa, empreiteiras da construção civil e pesada, dos jornais Hoje em Dia e Estado de Minas, em Belo Horizonte.

E os governos municipais e estaduais também tentam jogar nas costas dos servidores públicos o ajuste das contas, atrasando e parcelando o pagamento de salários, rescindindo contratos, além de muitos que não pagaram o 13.º dentro do prazo. A CELG – companhia elétrica de Goiás – está sob ameaça de privatização e demitiu milhares de trabalhadores também. A Caixa Econômica e outras estatais também estão ameaçadas. Devemos nos somar às lutas contra o PL 555, que favorece as parcerias público-privadas, e lutar pelo seu arquivamento no Congresso.

Mas há um elemento também bastante dinâmico da realidade que é a resistência dos trabalhadores a esses ataques. Um recente estudo divulgado pelo Dieese confirma um aumento importante das greves entre os trabalhadores, ultrapassando

todas as estatísticas anteriores, tanto em número de greves (2050 em 2013) quanto em horas paradas e tempo das paralisações.

Apesar do cenário econômico desfavorável e da política da maioria das direções sindicais, como a CUT e Força Sindical, que estão apresentando propostas para que o governo dê mais dinheiro às empresas, assinando acordos de PPE e fazendo lobby pelas empreiteiras da Lava Jato, muitas lutas em defesa do emprego e dos direitos, contra o ajuste fiscal nos estados e municípios estão ocorrendo. A elas se somam as mobilizações, principalmente da juventude, contra os aumentos abusivos das tarifas nas principais capitais do país. Nesse momento, os operários da GM de São José dos Campos estão em greve reivindicando o pagamento de uma PLR (Participação nos Lucros e Resultados) maior e colocam em xeque a política de demissões da montadora.

Ou seja, apesar do quadro que aponta para o agravamento das demissões e da recessão econômica no país, a classe trabalhadora e a juventude não se sentem derrotadas e demonstram potencial para lutar e seguir resistindo aos ataques contra a nossa classe.

Em muitas dessas mobilizações também se expressam uma disposição para a ação e radicalidade dos manifestantes, que já vinham de lutas anteriores e podem seguir aumentando, como nas greves e como vimos no espetacular exemplo dos secundaristas de SP. Muitas dessas mobilizações, greves e manifestações, e outras lutas como as retomadas de territórios indígenas nas aldeias do Mato Grosso do Sul e na Bahia, se enfrentam com a truculência e repressão das polícias militares e outros órgãos de repressão do estado, o que também exige uma política de denúncia dos governos, de exigência de desmilitarização e fim das PMs e a manutenção de uma forte campanha contra a criminalização dos movimentos sociais, dos ativistas e da população pobre, em sua maioria negra, nas periferias.

A urgência da construção de uma alternativa política

A crise política e a disputa inter-burguesa no país exigem a construção de uma alternativa classista e de luta, que expresse os interesses da classe trabalhadora e da juventude desse país. Não podemos ser reféns nem do bloco governista, encabeçado pelo PT, nem da oposição burguesa de direita, que tem o PSDB à frente. Os trabalhadores e a juventude não estão representados politicamente por nenhum desses blocos, ambos compostos por setores burgueses de peso.

Nesse sentido foi absolutamente correta a posição das organizações que compõem o Espaço de Unidade de Ação em não participar dos atos dos dias 13 e 16 de dezembro passado. No dia 13 foram às ruas movimentos e partidos da oposição burguesa de direita, que defendem o impeachment como saída política para a crise, capitaneados pelo PSDB, DEM, PPS e amplos setores do PMDB ligados a Eduardo Cunha e outros reacionários.

Já no dia 16 as entidades e partidos que compõem a “Frente Brasil Popular” (CUT, UNE, CTB, MST, PT, PCdoB etc.) e também organizações da esquerda combativa como o MTST e a Intersindical/Central da Classe Trabalhadora, fizeram manifestações com centro na luta contra o impeachment, o que nessa conjuntura significa a defesa do mandato de Dilma.

As manifestações capitaneadas pela oposição burguesa de direita, que defendem o impeachment como saída política da crise e a substituição de Dilma por Temer ou Aécio, por óbvio, não poderiam contar com nenhum apoio de nossas entidades.

Mas, da mesma forma não é correto para a defesa dos interesses de nossa classe aplicar uma política de engano, alardeando um suposto golpe contra Dilma, como forma de camuflar a defesa da continuidade de um governo que ataca os direitos, segue privatizando e submisso aos interesses da banca internacional. Um governo conivente com o aumento da piora nas condições de vida do povo, com a criminalização das lutas e do povo pobre das periferias, negro em sua maioria, vítimas de um verdadeiro genocídio. Um governo que deixa a população LGBT refém do preconceito e da violência. Um governo que cada vez mais anti-operário e anti-popular.

Estamos vivendo um processo de ruptura de amplos segmentos dos trabalhadores e da juventude com o governo, com o PT e as direções burocráticas que defendem o governo, um processo histórico e muito positivo. Esses setores governistas ainda impõem sua dinâmica a parcelas expressivas do movimento de massas e buscam intervir no sentido de tentar impedir a criação de um polo classista, claramente delimitado do governo e da oposição burguesa de direita. Cabe aos setores consequentes da esquerda disputar os rumos políticos e apontar uma alternativa aos que rompem com o governo Dilma.

Não devem os trabalhadores e a juventude escolherem, portanto, entre os senhores da casa grande e os seus capatazes. A necessidade que temos é a de criar uma alternativa independente, que expresse os interesses da nossa classe trabalhadora e demais setores explorados.

As organizações de esquerda não podem defender o governo Dilma, responsável direto pelos principais ataques que estamos sofrendo, mesmo que com críticas à sua política econômica. Isso é parte de uma política de engano e de blindagem dessa coalizão com grandes setores da burguesia, que já governa o país há treze anos.

E também não podem se confundir com a oposição burguesa, que defende o impeachment, entregando a esse Congresso, corrupto, reacionário e financiado pelas empreiteiras, a solução da crise, pois isso significa entregar o poder ao atual vice, Michel Temer, do PMDB, partido fisiológico, expressão de caciques e oligarquias regionais, e que tem entre seus quadros figuras como Renan, Cunha, Sarney e tantos outros corruptos e aproveitadores.

Nós estamos pela saída de Dilma, pela mobilização dos trabalhadores, e também pela saída do Cunha. E não queremos que Temer ou Aécio assumam. Por isso defendemos a necessidade de uma alternativa classista, de esquerda, dos trabalhadores. Essa é hoje uma necessidade da classe trabalhadora, frente ao conjunto de ataques que este governo vem desferindo.

Propostas de mobilização, organização das lutas e de uma alternativa classista

A plenária sindical e popular convocada pelo Espaço de Unidade de Ação adota os seguintes encaminhamentos:

1. Todo apoio às lutas em curso: derrotar o ajuste fiscal em todas as esferas de governo, impedir as demissões e que os efeitos da crise recaiam sobre os trabalhadores e o povo pobre

Orientamos a todas as entidades, movimentos e organizações que participam do Espaço de Unidade de Ação a seguirem fortalecendo e encabeçando as lutas de resistência em todos os estados e regiões, nos somando e organizando as mobilizações contra as medidas de ajuste fiscal dos governos de todas as esferas (municípios, estados e União), em defesa do emprego, contra as demissões, contra as privatizações (como as da CELG, Agespisa, metrô de São Paulo, Petrobras, correios e outras estatais), contra o reajuste das passagens, contra os ataques ao funcionalismo público e aos serviços públicos, pela apuração e punição do crime cometido pela Samarco/Vale/BHP em Mariana e na região do Rio Doce, em apoio às ocupações urbanas, à retomada das terras indígenas e quilombolas, contra o genocídio da população da periferia, dentre outras..

2. Chamamos à unidade para lutar e enfrentar os ataques dos patrões e dos governos

Nessas mobilizações devemos buscar construir a mais ampla unidade possível, como forma de buscar derrotar os patrões e os governos em seus intentos de jogar a conta da crise nas costas dos trabalhadores e da juventude. Reiteramos a disposição das nossas entidades e organizações em construir a unidade de ação ampla, mesmo com setores com os quais temos desacordo ou divergências frente ao cenário político do país. Se houver um ponto de acordo que permita a mobilização unitária, estamos dispostos a realizá-la, sem qualquer pré-condição, por um ponto em comum que seja, em defesa dos direitos e interesses do trabalhadores.

3. Organizar plenárias unitárias para fortalecer as lutas e buscar a sua unificação

Os inúmeros processos de luta em curso não podem seguir dispersos. As entidades e movimentos que participam do Espaço de Unidade de Ação devem organizar plenárias unitárias em todos os estados e também nas regiões em que for possível, para fazer o debate político, dar seguimento e fortalecer as lutas em curso.

4. Por uma campanha nacional para barrar as reformas da previdência e trabalhista

A Plenária Sindical e Popular reafirma as campanhas definidas nos encontros anteriores do Espaço de Unidade de Ação, mas, nesse momento, em particular, aprova desenvolver uma forte campanha contra a nova reforma da previdência anunciada pelo governo, com iniciativas desse campo que se reúne no Espaço de Unidade de Ação, como um seminário nacional e outras atividades.

Exigimos das centrais sindicais e organizações que estão na base de sustentação do governo que rompam com sua política de apoio a esse governo e se somem à luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a nova reforma da previdência anunciada e também contra a reforma trabalhista que foi ventilada pelo novo Ministro. Precisamos construir as condições para uma greve geral nesse país, que possa unificar as lutas e enfrentar os governos, a patronal e seus ataques.

5. Avançar na organização de uma alternativa classista e de luta, frente ao governo Dilma e à oposição burguesa de direita

Precisamos seguir dando passos na organização de uma alternativa classista e de luta, frente ao governo Dilma e à oposição burguesa de direita. Nesse sentido a Plenária Sindical e Popular aponta a necessidade de realização de uma nova manifestação nacional, buscando ampliar a presença dos setores sindicais e populares e da esquerda socialista, ainda no primeiro semestre desse ano. A data e local serão definidos à luz dos desdobramentos da realidade política e econômica do país. Com esse objetivo, nos dirigimos aos companheiros das Intersindicais e do MTST buscando construir as condições para a unidade nessa iniciativa, bem como aos partidos da esquerda socialista (PCB, PSTU e PSOL) para que se somem, de conjunto, a essa atividade.

6. Organizar as manifestações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher

As mulheres tem estado na vanguarda de diversas mobilizações dos trabalhadores e da juventude em nosso país. Devemos construir e intervir nas manifestações do dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, fortalecendo as ações contra o machismo, a violência, em defesa da legalização do aborto e dos direitos das mulheres ameaçados por Dilma, Cunha e o Congresso corrupto.

7. Por um 1.º de Maio classista

A Plenária Sindical e Popular propõe abrir um debate junto às organizações sindicais, populares e da juventude sobre a organização de um ato nacional no dia 1.º de maio, alternativo aos atos tradicionalmente organizados pela CUT e Força Sindical, com seus aliados, na cidade de São Paulo. Esses atos (da CUT, FS e aliados) vão expressar os dois blocos políticos, o de apoio e o de oposição de direita ao governo Dilma. Essa manifestação classista no 1.º de maio, se aprovada, não se contrapõe à realização da manifestação nacional apontada no item 5 dessa resolução.

8. Desenvolver uma agitação de massas junto aos trabalhadores e à juventude

A Plenária Sindical e Popular delibera pela edição de um jornal nacional, com tiragem a mais ampla possível, assinado pelas organizações do Espaço de Unidade de Ação, como forma de propagandear as posições comuns construídas entre as nossas entidades, disputar a consciência dos trabalhadores e da juventude, ampliando a nossa ação comum e construindo nos estados, nas regiões e categorias esse polo alternativo aos dois campos burgueses que polarizam o país.

Esse material deve apresentar um programa alternativo, que enfrente os grandes dilemas do país e de defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora, que tanto o governo quanto a oposição de direita não tem condições de enfrentar. Nesse

sentido, deve apresentar as propostas comuns desse campo que, colocando-se contra os dois blocos burgueses, enfrentem a questão da dívida pública, do sistema financeiro, da estatização das empresas privatizadas, da estabilidade no emprego, da defesa dos serviços públicos, da previdência social, dos direitos trabalhistas e das condições de vida da nossa classe e da juventude, dos direitos das mulheres, negros e negras, LGBTs, das populações originárias, dentre outras.

Sem prejuízo da autonomia das entidades, reafirmamos como balizador geral da nossa orientação as bandeiras construídas no Encontro Nacional de Lutadores e Lutadoras de setembro de 2015, que partem de uma consigna que afirma a nossa oposição aos dois blocos: “Contra Dilma-PT, Cunha, Temer e Renan-PMDB; Aécio/PSDB! Derrotar o ajuste fiscal! Que os ricos paguem pela crise! Por uma alternativa classista dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre!”

Plenária Sindical e Popular do Espaço de Unidade de Ação São Paulo, 22 de janeiro de 2016

Moções aprovadas

Moção de apoio à Plenária do Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro

Os servidores públicos do Rio de Janeiro, assim como nos demais estados do Brasil, estão sofrendo ataques diversos do governador Pezão/PMDB. Além de parcelar e atrasar salários, de anunciar uma nova reforma da previdência, não pagar os terceirizados, avança no desmonte dos serviços públicos, gerando um caos na saúde, por exemplo, onde o governo aponta para a falsa solução das OSs.

Diante disso, diversas entidades e trabalhadores tem-se reunido na Plenária do Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, articulando uma forte resistência, com um ato unificado no dia 3 de fevereiro, apontando a construção de uma gree geral.

O Espaço de Unidade de Ação, reunido em plenária nacional neste dia 22 de janeiro, em São Paulo, aprova moção de apoio à iniciativa dos servidores públicos do Rio de Janeiro e convida a todos para uma articulação nacional em defesa dos serviços públicos e contra o ajuste fiscal.

Moção de repúdio ao reitor da UFF e à direção do Hospital da UFF

As entidades reunidas na plenária nacional sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, neste dia 22 de janeiro de 2016, declaram:

Vimos à público nos solidarizarmos à luta contra a entrega do Hospital da UFF à EBSERH.

Também vimos repudiar o reitor da UFF e diretor do hospital, que estão, nesta data, realizando votação on-line entre companheiros do hospital para privatizar a saúde.

Moção de apoio à greve dos profissionais da educação do Município de Cabo Frio/RJ

As entidades presentes na plenária sindical e popular convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, no dia 22 de janeiro de 2016, em São Paulo, se solidarizam com a luta dos profissionais da educação do município de Cabo Frio/RJ, coordenada pelo SEPE Lagos, que continuam em greve.

O prefeito Alair Correia não pagou o salário de dezembro para todos(as) os(as) profissionais da educação, parcelou em cinco vezes o 13.º salário e não pagou o adicional de 1/3 de férias.

O Espaço de Unidade de ação se soma a essa luta pelo imediato pagamento de todos os direitos negados, bem como se solidariza som a ocupação em que se transformou o acampamento na praça em frente à Prefeitura de Cabo Frio.

Moção de apoio aos trabalhadores da Usiminas

As entidades reunidas na plenária nacional sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, neste dia 22 de janeiro de 2016, aprovam a presente **Moção de apoio aos trabalhadores da Usiminas** e se solidarizam à luta justa contra as demissões nesta empresa.

Moção de apoio aos trabalhadores da CSN e da Namisa

As entidades reunidas na plenária nacional sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, neste dia 22 de janeiro de 2016, aprovam a presente **Moção de apoio aos trabalhadores da CSN e da Namisa** e se solidarizam à luta justa contra as demissões nestas empresas.

Moção de apoio aos trabalhadores da GM de São José dos Campos

As entidades reunidas na plenária nacional sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, neste dia 22 de janeiro de 2016, em São Paulo, aprovam a presente **Moção de apoio aos trabalhadores da GM de São José dos Campos** e se solidarizam à luta justa pela PLR. Todo apoio à greve dos metalúrgicos!

Moção de apoio aos trabalhadores do Comperj e à Campanha SOS Emprego

As entidades reunidas na plenária nacional sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, neste dia 22 de janeiro de 2016, em São Paulo, aprovam a presente **Moção de apoio aos trabalhadores do Comperj e à Campanha SOS Emprego** se solidarizam à luta em defesa do emprego e contra as demissões.

Moção de apoio à luta do MRP e contra a criminalização dos ativistas do Movimento

As entidades reunidas na plenária nacional sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, neste dia 22 de janeiro de 2016, em São Paulo, aprovam a presente **Moção de apoio à luta do MRP**, Movimento Resistência Popular pelo Direito à Cidade, que atua em Brasília, no Distrito Federal, com destacada atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto.

Denunciamos a criminalização que este movimento vem sofrendo e que levou à prisão arbitrária de 9 (nove) ativistas, recentemente. Os companheiros e companheiras conseguiram a liberação da prisão, mas o inquérito segue aberto e eles/elas podem ser presos/as novamente, a qualquer momento.

Todo apoio à luta justa do MRP por moradia! Não à criminalização dos ativistas!

Moção de apoio ao companheiro Gilson Vieira, do Sintect SC

As entidades reunidas na plenária nacional sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, neste dia 22 de janeiro de 2016, em São Paulo, aprovam a presente **Moção de apoio ao companheiro Gilson Vieira, do Sintect SC**, trabalhador dos Correios e secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores da ECT em Santa Catarina.

O companheiro vem sofrendo processos administrativos que visam a sua demissão.

Exigimos a retirada de todos os processos que visam a demissão do dirigente e o fim, por parte da direção dos Correios, de todas as práticas antissindicalistas e perseguições às lutas da categoria e aos sindicalistas do Sintect SC.

Encaminhamento sobre Campanha da Síria

Os ativistas do Comitê Pró Síria apresentaram uma série de propostas e iniciativas da campanha que esse Comitê vem desenvolvendo. Algumas propostas são direcionadas à Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas e serão encaminhadas a essa REDE. O material apresentado será enviado a todas as entidades participantes da plenária com o endereço para contato.